



As ciências sociais, a descolonização e as independências africanas

*Entrevista com Teresa Cruz e Silva,
por Matheus Serva Pereira e Edalina Sanches*

No âmbito da Conferência ICS-ULisboa 2024 *Os “três Dês” de Abril e o futuro das ciências sociais*, tivemos a oportunidade de entrevistar Teresa Cruz e Silva, que proferiu a conferência de encerramento deste evento, intitulada “Os ventos de Abril e as independências africanas: na rota para a «descolonização» das ciências sociais (1974-2024)”. Esta entrevista é motivada por esta intervenção e pretende ser um contributo para as reflexões sobre os “três Dês” de Abril presentes nos vários artigos deste número temático da *Análise Social*.

A entrevista foi conduzida por Matheus Serva Pereira e Edalina Sanches, via online, em junho de 2025.¹ A conversa girou ao redor de três temáticas centrais: a reflexão sobre os processos de descolonização nos contextos africanos, com ênfase no caso moçambicano; a historicidade das ciências sociais nos países africanos; suas dinâmicas de poder e produção do conhecimento, tanto no tempo colonial como no pós-colonial; e a reflexão sobre as múltiplas relações entre descolonização, desenvolvimento e democracia.

Teresa Cruz e Silva é Professora Catedrática (aposentada) na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde é pesquisadora associada do Centro de Estudos Africanos (CEA). Participa em vários conselhos consultivos e editoriais e é membro do Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África

¹ Sempre que possível, quando da transcrição do oral para o escrito, optou-se por manter as diferenças linguísticas dos três intervenientes (falantes do português de Moçambique, Portugal e Brasil).

(CODESRIA), do qual foi Presidente (2002-2008). Os seus interesses de pesquisa incluem o estudo de comunidades costeiras; direitos humanos das mulheres; impactos sociais da indústria extractiva; identidades sociais, memória, história e biografia. Em sua vasta, longeva e internacional carreira destacou-se por promover reflexões sobre as ciências sociais produzidas na África. A sua dedicação à análise da relação entre descolonização e produção de saberes pode ser encontrada em várias publicações, merecendo destaque os livros *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas em África* (2012), co-organizado com João Paulo Borges Coelho e Amélia Neves de Souto; *Identidades, Lembranças e Esquecimento: 40 Anos de História do Centro de Estudos Africanos* (2021), co-organizado com Amélia Neves de Souto e Colin Darch; e *Universidades Públicas em Angola, Moçambique e Cabo Verde: Experiências de Mudança e Desafios de Liderança* (2023).

*

EDALINA SANCHES (ES) *Obrigada por estar conosco. A primeira pergunta é bastante introdutória. Onde é que estava no 25 de Abril de 1974? Como é que viveu este acontecimento?*

TERESA CRUZ E SILVA (TCS) Obrigada por esta oportunidade. No 25 de Abril, estava em Maputo. Tenho de confessar que não me lembro muito bem. Sei que estava em Maputo quando começamos a ouvir as notícias.

ES *As notícias sobre o 25 de Abril chegavam através de que via?*

TCS Não chegavam tão facilmente. As primeiras que começamos a ouvir foram através de redes de amigos. As comunicações não eram abertas e não era fácil receber essas informações. Às vezes demoravam dias até confirmarmos se era verdadeiro ou não o que estava a acontecer em Portugal.

MATHEUS SERVA PEREIRA (MSP) *Associamos os verbos Democratizar, Descolonizar e Desenvolver ao 25 de Abril. Mas queremos aproveitar a oportunidade para pensar em outros marcos a partir da história moçambicana. Afinal, quais outras datas podemos associar aos “três Dês” de Abril a partir dos contextos africanos que foram colonizados?*

TCS Sabíamos que a situação em Portugal era complicada politicamente. Mas não tínhamos uma ideia muito clara do que é que realmente estava a acontecer. Para nós que vivíamos nas antigas colónias portuguesas, mais importante do que pensar no que estava a acontecer em Portugal era o que estava a acontecer em Moçambique. Falar de democracia não é pensar apenas no *depois* do

25 de Abril. É pensar que, do ponto de vista dos movimentos de libertação, democracia significa poder dar melhores condições de vida às pessoas, ter um território livre de uma dominação estrangeira. Então, temos de recuar até às informações que nós começamos a ouvir, com algumas dificuldades, sobre o que estava a acontecer no continente africano, quando começou o processo das independências africanas. Isso despertou em nós algo muito importante. Os nossos marcos, para nós, colonizados, eram mais importantes. Despertaram a ideia, afinal, de que nós também podíamos seguir esses caminhos, de que nós podíamos lutar para sermos independentes. Para as pessoas da minha geração, embora eu fosse uma estudante universitária nessa altura, a nossa sede era saber o que acontecia no continente africano. Isso faz-me lembrar o que algumas pessoas diziam: “Bem, o 25 de Abril... Não percebemos bem o que é, mas parece que é um problema que diz respeito aos portugueses. Terá alguma coisa a ver conosco?” Foi assim até ao momento em que as pessoas realizaram que, realmente, era um momento extremamente importante também para nós. Porque abria novos caminhos, apesar de todos os impasses que surgiram até a solução final com as independências.

MSP *Ou seja, para as ciências sociais em Moçambique, as datas de 25 de Setembro de 1964 ou de 25 de Junho de 1975 podem ser tão importantes quanto o 25 de Abril para pensar “democracia, desenvolvimento, descolonização”?*²

TCS Sim e não. Não, porque não temos muitos estudos realizados sobre o impacto do 25 de Abril nas colónias africanas. Nesse sentido, esses outros dois “vinte cincos” continuam a ser muito importantes. Mas essas datas são importantes para quem? Para uma certa geração, ou para os estudiosos, podem ser importantes porque são marcos que nos ajudam a repensar criticamente o que sucedia em Moçambique. Para os jovens, hoje, significa pouco e para outros provavelmente nada, pela simples razão de que existe um vazio em termos de educação sobre a história do país, o que implica que a história deste país não pode ser dissociada em termos contextuais da história da própria colonização. Portanto, o 25 de Abril é um momento que tem de ser estudado e tem de ser conhecido também pelas pessoas mais jovens. Temos de tocar num ponto: a forma como a história oficial deste país foi e continua a ser escrita pelo partido que está no poder. Como foi muito bem analisado por alguns cientistas sociais, principalmente historiadores, entre os quais João Paulo Borges Coelho, que

² Diferentes dias 25, de variados meses e anos, fazem parte da história oficial da nação moçambicana. O dia 25 de Junho de 1962 é considerado como data de fundação da FRELIMO, o 25 de Setembro de 1964 marca o início da luta armada e no 25 de Junho de 1975 é celebrada a independência.

analisa perfeitamente esse problema, a história da FRELIMO se tornou a história de Moçambique.³ Todavia, o mais certo é dizer que a história da FRELIMO é uma parte da história de Moçambique. Portanto, considerar o 25 de Abril como uma história que diz respeito só aos portugueses é uma forma de ignorância, uma ignorância que resulta da forma como o 25 de Abril está sendo mal estudado e explicado para as antigas colónias portuguesas. Sim, esses outros “vinte cincos” [25-06-1962, 25-09-1964 e 25-06-1975] fazem parte da nossa história, sobretudo porque a história de Moçambique, no contexto da colonização, foi ignorada. Eu estudei na universidade colonial e, no curso de história, nessa altura, nunca estudávamos nem África, nem muito menos Moçambique. O sistema de educação era baseado em programas “fotocopiados” do sistema da universidade portuguesa. O pós-independência traz-nos a tentativa de recuperar a história africana e moçambicana.

ES *Fala do papel da história, da criação deste campo de saber e da relação com o Partido-Estado Frelimo.⁴ Em que medida as ciências sociais foram importantes na compreensão das lutas de libertação, seja para restituir ou reconstituir partes desta história, seja para colocar novas questões?*

TCS Vou buscar o exemplo de Moçambique para falar das ciências sociais no período colonial, no período imediatamente depois das independências, e nos tempos de hoje. No período colonial, quer a pesquisa, quer o ensino das ciências sociais eram muito restritos e vistos com uma certa suspeição. O ensino das ciências sociais na Universidade de Lourenço Marques⁵ era extraordinariamente restringido a certas disciplinas. No curso de história, só podíamos frequentar até ao bacharelato. Tínhamos de terminar a licenciatura em Portugal. A ideia era de que era preciso, dentro do sistema colonial e, principalmente, durante o Estado Novo, controlar as pessoas que tinham uma educação superior. No pós-independência, sociologia e antropologia não se ensinavam na universidade, porque havia um receio que pudesse influenciar as formas de pensar dos estudantes (sobretudo a antropologia, pela forma como ela foi instrumentalizada pelo colonialismo). Durante o período colonial, eu e outros colegas tivemos, no entanto, uma oportunidade única de alargar os nossos conhecimentos, porque no Instituto de Investigação Científica de

3 Ver João Paulo Borges Coelho, “Política e história contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas”, *Revista de História*, São Paulo, n.º 178 (2019): pp. 1-19.

4 Optou-se por usar FRELIMO referente ao movimento de libertação de maneira mais ampla, e Frelimo para o período específico do Partido-Estado.

5 A Universidade de Lourenço Marques foi criada em 1968 pelo Estado Novo. Em 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu a esta instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane.

Moçambique,⁶ um instituto mais das ciências biológicas e da terra do que das ciências sociais, criou-se um grupo de estudantes voluntários de arqueologia. Essa foi a única ponte que tivemos para fazer uma ligação com África e aproveitámos o momento para tentar estudar alguma coisa do continente. No período de transição, a primeira coisa que os jovens universitários fizeram foi lutar por uma mudança do currículo e introduzir disciplinas sobre a África. Não foi fácil. Porém, sendo um período de transição, muitas portas se abriram para as mudanças. Essa foi a primeira batalha, que não é muito desligada da história da Associação Académica de Moçambique. Porque, no seio da associação, embora perseguida pela PIDE,⁷ se passavam filmes e havia debates que ilustravam o que acontecia no mundo, para a conscientização dos jovens sobre a situação colonial. Bebendo dessas experiências, os jovens tentaram, durante a transição, fazer e exigir mudanças. Logo depois da independência, a primeira coisa que foi feita naquela que era então a única universidade de Moçambique foi “reescrever” a história de Moçambique e “refazer” os currículos dos cursos universitários ligados às ciências sociais. Foi um processo lento e de aprendizagem. Não podemos esquecer a criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1976, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). O CEA foi um motor para discutir e repensar o que deveriam ser as ciências sociais num país independente. Depois, o Departamento de História da UEM participou da missão dada pelo Ministério da Educação de reescrever os manuais de história para o ensino secundário e seus professores. Alguns desses materiais ainda são atuais e continuam a ser utilizados. Essa foi a grande viragem. Mas não podemos ignorar que, quando o CEA foi criado, havia a ideia de que a antropologia era uma disciplina que tinha trabalhado com o sistema colonial e havia uma linha que era contra o ensino e desenvolvimento da pesquisa antropológica. Na verdade, não seria só a antropologia, porque as disciplinas de ciências sociais, no geral, foram “instrumentalizadas” para servir o sistema colonial. Nós estávamos num processo em que o Estado moçambicano foi constituído rapidamente, depois do governo de transição, com pessoas sem experiência, e não podemos ignorar que há uma situação mutuamente constitutiva entre o Estado colonial durante o regime do Estado Novo e o Estado que surgiu no pós-independência. Portanto, há ruturas, mas há uma herança que não podemos ignorar. A luta armada de libertação nacional, nos países que tiveram luta armada ou nos que tiveram resistência anticolonial, foi extremamente violenta. A transição para a independência também foi um processo violento, principalmente

6 O instituto era localizado em um edifício parte do *campus* da Universidade Eduardo Mondlane que, a partir de 1976, foi utilizado pelo Centro de Estudos Africanos.

7 Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

em Angola e em Moçambique, e os primeiros anos da independência foram igualmente marcados pela violência. Essa situação contribuiu para o tipo de Estado que foi instaurado. Vamos verificar que todo o período pós-independência é marcado por uma violência, não só da guerra, mas da relação entre Estado e cidadãos. Na verdade, se perguntará por que é que não havia uma reação aberta a essa violência? Porque vivia-se numa tensão entre essa violência, a construção de um novo Estado e a esperança de que estávamos a construir uma mudança. Nessa altura, havia certos acontecimentos que nós sabíamos serem violentos, mas que aceitávamos como fazendo parte de um processo de transição, embora hoje sejamos capazes de os analisar de forma diferente. Essa violência também aparece no sistema de educação, justificado como parte de um processo de revolução, quando vemos que, entre 1976 e 1978, os cursos de ciências sociais da universidade são encerrados, pois tínhamos de formar professores. Por um lado, tem uma certa lógica, porque não havia professores. Por outro lado, estávamos a encerrar aqueles cursos porque era importante formar professores, mas estes cursos eram fundamentais para a formação de mentalidades. Ao mesmo tempo, a formação dos professores foi direcionada numa certa linha. As pessoas não tinham escolhas. Em 1977, depois de um discurso do Presidente Samora Machel,⁸ os jovens foram chamados a interromper os seus sonhos, porque a pátria chamava por eles para se formarem em diversas áreas, entre as quais para o ensino.⁹ Então, por exemplo, tivemos cursos de formação de professores que eram feitos na universidade, de história e geografia, havendo muitas vezes pessoas que não se importavam de ser professores, mas de outra disciplina, por exemplo, de matemática ou de português. Mas não tinham escolha. É uma violência, não é? Uma violência que é justificada em nome da revolução. Jovens que estavam no pré-universitário foram obrigados a interromper os seus estudos para fazerem uma formação rápida para ensinarem. São coisas boas e más; porém, é uma violência. Algumas dessas questões poderiam ter sido evitadas e só muito mais tarde se reabrem os cursos de ciências sociais. Da mesma maneira que esse ato de encerrar os cursos de ciências sociais foi prejudicial, ele também foi aproveitado pelo então reitor da única universidade que existia em Moçambique para formar os jovens professores, porque não havia pessoas experientes. Com o 25 de Abril, os professores, os técnicos, as pessoas das áreas que tratavam da burocracia do Estado foram embora. Ficaram só pessoas com uma formação menor a nível

8 Em 1977, foram suspensos os 6.º e 7.º anos do ensino secundário e todos os alunos foram encaminhados para tarefas definidas pela direção do Estado.

9 Cabia ao Ministério de Educação indicar a cada estudante o curso a seguir, independentemente dos desejos e vocação de cada jovem.

da universidade. Nós éramos recém-graduados e tínhamos de ensinar. Porém, com a consciência de que as ciências sociais, nessa altura, foram tratadas como enteadas. Era importante formar agrônomos, engenheiros, mas não havia a ideia de que era importante formar cientistas sociais.

MSP *Na última década, tem existido o impulso em descolonizar os currículos. O que a Teresa nos diz é que, em Moçambique, esse exercício aconteceu há 50 anos atrás. Poderia articular como essas descolonizações aparecem, desaparecem e reaparecem ao longo do tempo?*

TCS Diria que a discussão sobre a descolonização dos conhecimentos não começa nessa altura. Basta ler o clássico livro de Eduardo Mondlane *Lutar por Moçambique*¹⁰ para ver como ele era tão crítico, no fim dos anos 1960, ou ler Amílcar Cabral. Ambos já falavam de uma descolonização do pensamento, da imposição de formas hegemónicas e hierarquizadas do saber. Só que nós, às vezes, nos esquecemos desses primeiros passos dados por esses líderes nacionalistas, quando comentavam o ensino e a hegemonia ocidental. Essa questão é muito mais ampla do que falar apenas do colonial. De facto, esses processos de descolonização vão e vêm. Nos finais do século XX e princípios do século XXI, encontramos um grande retomar da ideia de que a descolonização não é apenas política, mas também do pensamento. Quando falamos de descolonização nas colónias portuguesas, nestes lugares, o 25 de Abril significou abertura. Abertura para as pessoas poderem reivindicar os seus direitos, colocar problemas, criar “partidos”, mesmo que efémeros. O 25 de Abril abriu caminhos para a descolonização das ciências sociais. A verdade é que as lutas de libertação também contribuíram para o contexto que levou ao espoletar do 25 de Abril em Portugal. E, se não tivesse havido o 25 de Abril, provavelmente não teria havido independências, naquela altura. Portanto, o 25 de Abril não pode ser ignorado para as análises dos processos de descolonização do pensamento e para a abertura de caminhos de construção democrática. Os processos de descolonização têm seguido vários caminhos. Se nós voltarmos um pouco atrás podemos encontrar a abertura desses caminhos, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, e nos movimentos político-culturais que se ligam aos processos de descolonização do pensamento que encontramos particularmente nos finais do século XX. A questão que se coloca é que quando

¹⁰ Cruz e Silva refere-se ao clássico livro de Eduardo Mondlane, um dos fundadores da FRELIMO, publicado pela primeira vez em 1969, em inglês, com o título *The Struggle for Mozambique*. A primeira edição em português foi produzida na década de 1970 e a primeira edição moçambicana foi publicada apenas em 1995. Ver: Eduardo Mondlane, “Lutar por Moçambique”, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

falamos da descolonização do pensamento, hoje em dia, existem várias linhas de pensamento entre os académicos africanos. Por um lado, há uma linha que é extraordinariamente crítica em relação àquilo a que chamamos de “pensamento ocidental” e à forma como ele nos é imposto. Por outro lado, há uma linha, com a qual eu concordo mais, que afirma que não basta criticar, é preciso abrir caminhos para que haja uma leitura diferente do próprio continente africano, ou seja, a partir de dentro. A questão principal consiste no seguinte: de que é que adianta nós criticarmos a colonização do pensamento feita pelo Ocidente quando continuamos a utilizar as mesmas metodologias e análises teóricas para criticar o próprio Ocidente? Esse é um problema do Sul Global. Isso me faz lembrar o sociólogo brasileiro Marcelo Rosa que nos traz um exemplo que acho fantástico.¹¹ Ele dizia aos estudantes: “Vamos ao universo para testar o que Bourdieu, x, y ou z dizem. Mas, também ensinamos aos estudantes que precisamos de aplicar à nossa realidade o que aprendemos na teoria.” Comentando, depois, ele se interroga sobre o que é que, por exemplo, Bourdieu pode significar numa análise sobre a sociedade brasileira? Para Rosa, o problema não está em Bourdieu e seus conceitos... “Falhamos a ver outras coisas incommuns porque não temos teoria (conceitos).” A questão é: como é que podemos fazer uma descolonização se não estamos a criar as nossas teorias? Onde estão as nossas teorias? Os nossos conceitos? Onde estão as nossas metodologias? Por que não partimos da nossa realidade? Amílcar Cabral repetia: “Temos que partir das nossas realidades para analisarmos as nossas situações concretas.”¹²

ES *Ao mesmo tempo que há o discurso da descolonização de currículos/pensamento, recorremos a autores e utilizamos conceitos que provém do Ocidente e, muitas vezes, temos de nos perguntar até que ponto viajam bem para o continente africano. Dois desses conceitos são democracia e desenvolvimento. Miguel de Barros, por exemplo, defende que desenvolvimento é um conceito ocidental-colonizador e evita utilizá-lo.¹³ Sobre a ideia de democracia, considera-se que*

11 Esta problematização pode ser encontrada em Marcelo C. Rosa, “Sociologias emergentes: uma agenda não exemplar”, *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 8, n.º 1 (2020): pp. 136-148.

12 Nesta perspectiva, ver, por exemplo, a análise do pensamento político de Amílcar Cabral, no artigo de Carlos Lopes, “O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea”, *Via Atlântica*, 21 (2012): pp. 27-44. Particularmente na referência aos desafios éticos contemporâneos no pensamento de Cabral, ver seu discurso proferido na Primeira Conferência Tricontinental dos Povos da Ásia, África e América Latina em Havana, 1966. Carlos Comitini, coord., *Amílcar Cabral: A Arma da Teoria* (Rio de Janeiro: Codecri, 1980).

13 Miguel de Barros, “Ancestralidade, reconstrução e democracia”, entrevista concedida para a revista *Periferias* (2019), <https://revistaperiferias.org/materia/miguel-de-barros/>, acessado a 4 de agosto de 2025.

*deve emergir dos contextos africanos e não ser imposta. Carlos Lopes refere que “é preciso africanizar a democracia”.*¹⁴ Como é que a Teresa se posiciona nestes debates?

TCS Sempre me lembro do filósofo Paulin Hountondji,¹⁵ que diz que o nosso problema no continente africano é fazermos uma produção extrovertida. Porém, na academia em África, se eu quiser ser reconhecida na minha produção, se eu não fizer uso de certos conceitos, referenciar certos autores, provavelmente muitas revistas recusarão a minha produção. Para descolonizarmos, temos de deixar de fazer uma produção extrovertida. Isso tem a ver com os conceitos que utilizamos e como os utilizamos. Normalmente, quando falamos de democracia em África, falamos de eleições. Eleições é igual a democracia? Certamente que não. Isso nos leva a discutir a transformação de África desde meados de 1980 e, principalmente, depois dos anos 1990. Não podemos descontextualizar os nossos estudos dos processos globais e das imposições feitas pelos sistemas neoliberais. A situação em que os países africanos se encontram, ao falarmos de desenvolvimento, aparecem presas às restrições colocadas pelo FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras. Há que ligar as pressões globais e os contextos locais para discutir desenvolvimento e democracia. Estou de acordo que o conceito de democracia aplicado nos países africanos é um conceito importado, muitas vezes como consequência das imposições que tiveram quando aderiram às instituições financeiras. Existiam muitos condicionalismos, como a introdução de eleições livres, sistemas multipartidários, que são alguns itens que definem, não só no senso comum, mas como alguns autores tratam a democracia. Nesse sentido, acho que as questões que são colocadas pela dificuldade de usar esses conceitos são corretas. Porém, onde estão as nossas contribuições para podermos teorizar os nossos processos? Por isso repito aquilo que diz Hountondji. Nós temos de produzir os nossos saberes, mas temos de garantir a sua validação. Quando fazemos as críticas de uma colonização das ciências sociais, temos de ter alternativas. É possível trazermos ideias novas e nos apropriarmos de outras, partindo da nossa própria experiência. Não podemos simplesmente criticar por criticar, porque isso não nos leva a caminho nenhum se não formos capazes de produzir uma alternativa. No continente africano já foram feitos avanços. Perguntarão: a única coisa que vocês sabem fazer é criticar? O que é que vocês já fizeram?

14 Carlos Lopes, “The africanisation of democracy”, *African Journal of Political Science / Revue Africaine de Science Politique*, 1, n.º 2 (1996): pp. 139-153.

15 Sobre o pensamento de Paulin Hountondji, ver: Paulin Hountondji, *The Struggle for Meaning. Reflections on Philosophy, Culture, and Democracy in Africa* (Ohio: Ohio University Press, 2002).

Isso me lembra Elísio Macamo.¹⁶ Ele diz que o importante não é nós sabermos mais, é sabermos melhor. É isso que nos falta, saber melhor. Isso traz outro problema. As instituições que em África mais produzem teoria e que estão vocacionadas para a produção do saber são as universidades. Para produzir saber é preciso criar condições de produção. O que vejo nas antigas colónias portuguesas é que essas condições estão cada vez mais fragilizadas. Nas universidades públicas, particularmente em Angola e Moçambique, há lutas para que elas sejam capazes de ter condições de infraestruturas, pessoal preparado e financiamento para pesquisa, e não depender apenas dos financiamentos externos. Se dependermos daquela “mão que nos dá de comer” para criticá-la, se torna complicado. Por essa razão, encontramos muitos pesquisadores que não são críticos porque têm medo de perder os seus financiamentos. Há questões de ética em jogo. Se não houver as condições, como é que podemos exigir que as universidades sejam os locais onde o saber deve ser produzido? Justamente, a preocupação dos movimentos de libertação era a de construir algo que levasse a uma autonomia política e soberania no Estado pós-independente. Um balanço nos conduz a concluir que os objetivos que levaram os nacionalistas a desenvolverem as lutas, com guerras ou com outras formas de luta, acabaram não sendo ainda atingidos. Analisando a situação que vivemos hoje, aquilo que poderia ser interpretado como construir uma democracia, além de um reconhecimento formal, é ainda uma luta que tem de continuar a ser feita. Ainda não atingimos os objetivos que levaram a uma luta armada, aos movimentos anticoloniais, às resistências. O nacionalismo foi “abortado”. Não foi porque nós fizemos movimentos anticoloniais, lutas de libertação e nos tornamos independentes que nós atingimos os nossos objetivos. Este é o processo de descolonização que tem de continuar. Há muitos anos que discutimos o futuro nos debates das ciências sociais, principalmente a nível de instituições como a CODESRIA. Aquilo que fazemos hoje vai definir o nosso futuro. Os “três Dês” têm então a ver com o futuro da África e com os debates que as ciências sociais fazem hoje. A discussão continua e a luta continua.

16 Sobre o pensamento de Elísio Macamo, ver: Elísio Macamo, *Sociologia Prática: Como os Sociólogos Pensam o Desenvolvimento* (Maputo: Imprensa Universitárias da UEM, 2022).

PEREIRA, M.S., SANCHES, E. (2025), *Entrevista “As ciências sociais, a descolonização e as independências africanas. Entrevista com Teresa Cruz e Silva”*. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44075. <https://doi.org/10.31447/44075>.

Matheus Serva Pereira » matheuservapereira@gmail.com » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-6757-6088>.

Edalina Sanches » ersanches@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-6007-3680>.

Teresa Maria da Cruz e Silva » tcsilva@mail.com » Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane » Av. Julius Nyerere, Campus Universitário Principal — 1993 Maputo, Moçambique » <https://orcid.org/0000-0003-4782-0666>.
